



Candidatos outsiders nas eleições presidenciais brasileiras: dinâmica do voto e tipos sociológicos

Roberta Picussa
INCT ReDem/Sciences Po Paris

Adriano Codato
INCT ReDem/UFPR

ReDem Working Paper Series
Vol. 3
Nº 2
Março, 2026

Candidatos outsiders nas eleições presidenciais brasileiras: dinâmica do voto e tipos sociológicos

Roberta Picussa e Adriano Codato

Roberta Picussa

INCT ReDem/Sciences Po
Paris
0000-0002-5400-5136
betapicussa@gmail.com

Adriano Codato

INCT ReDem/OLB
0000-0002-5015-4273
adrianocodato@gmail.com

Resumo

Introdução: Quem são os candidatos outsiders que disputaram eleições presidenciais no Brasil? A literatura costuma opor insiders (políticos tradicionais) a outsiders, tratando como equivalentes candidaturas com perfis radicalmente distintos (militantes ideológicos, empresários, dissidentes carismáticos). Este estudo pergunta: (1) quais padrões de votação esses candidatos exibiram entre 2002 e 2022; e (2) quão heterogênea é a categoria "outsider".

Métodos: Aplicamos a tipologia de Carreras a 24 candidaturas presidenciais outsiders, combinando dados eleitorais oficiais e informação prosopográfica. A classificação distingue três tipos de outsiders – amadores, rebeldes e outsiders completos – segundo a presença/ausência de experiência política prévia (ocupação de cargos eletivos) e o tipo de partido pelo qual concorrem. Para o contexto brasileiro, definimos partidos "novos" como aqueles com ≤ 5 anos de fundação, "marginais" como > 5 anos e bancada pequena (≤ 10 deputados), e "tradicionais" como > 5 anos e bancada > 10 deputados. **Resultados:** Identificamos 12 outsiders completos, 10 rebeldes e apenas 2 amadores. A votação agregada dos outsiders permaneceu abaixo de 4% em quatro das seis eleições; as exceções foram 2006 e 2018 (neste caso, com forte sensibilidade à inclusão/exclusão de Jair Bolsonaro). De forma mais geral, a série 2002-2022 revela três ciclos políticos diferentes e um padrão de "equilíbrio pontuado", sem tendência de acumulação progressiva do voto anti-establishment. **Discussão:** Apesar de reconhecer a utilidade da tipologia de Carreras, baseada em variáveis institucionais (carreira/partido), propomos uma tipologia empírica alternativa, baseada em prosopografia, que agrupa os 24 casos em três perfis sociológicos: militantes ideológicos, dissidentes carismáticos e outsiders de direita com capital extrapartidário. Essa tipologia incorpora o tipo de capital mobilizado (social, político, econômico) e trajetórias efetivas, explicando por que candidatos formalmente idênticos apresentam desempenhos eleitorais muito distintos. Com isso, o estudo separa posição no sistema partidário de recursos efetivamente mobilizados, esclarecendo por que candidaturas institucionalmente semelhantes podem ter votações radicalmente distintas.

Palavras-chave

outsiders; eleições presidenciais; carreiras políticas; partidos políticos; voto anti-establishment.

Abstract

Introduction: Introduction: Who are the outsider candidates who have contested presidential elections in Brazil? The literature typically contrasts insiders (establishment politicians) and outsiders, often treating as equivalent candidates with sharply different profiles (ideological activists, business figures, charismatic dissidents). This study addresses two questions: (1) what voting patterns these candidates displayed between 2002 and 2022; and (2) how heterogeneous the “outsider” category actually is. **Methods:** We apply Carreras’s typology to 24 outsider presidential candidacies, combining official election results with prosopographic information. Carreras’s classification distinguishes three types of outsiders – amateurs, mavericks, and full outsiders – based on the presence/absence of prior political experience (holding elected office) and the type of party through which they run. For the Brazilian context, we operationalize party type using two thresholds: party age (≤ 5 vs. > 5 years at the time of the election) and lower-house seat share (≤ 10 vs. > 10 seats). **Results:** We identify 12 full outsiders, 10 mavericks, and only 2 amateurs. Outsiders’ aggregate vote share remained below 4% in four of the six elections; the exceptions were 2006 and 2018 (where the aggregate is highly sensitive to inclusion/exclusion Jair Bolsonaro). More broadly, the 2002-2022 series displays three cycles and a punctuated-equilibrium pattern, rather than a cumulative, secular increase in anti-establishment voting. **Discussion:** While acknowledging the usefulness of Carreras’s typology, which is grounded in institutional variables (career/party), we propose an alternative empirical typology based on prosopography that groups the 24 cases into three sociological profiles: ideological militants, charismatic dissidents, and right-wing outsiders endowed with extra-political capital. This typology incorporates both the type of capital mobilized (social, political, economic) and candidates’ effective trajectories, thereby explaining why institutionally similar candidates can display sharply divergent electoral performance. In doing so, the study disentangles formal position within the party system from the resources actually mobilized, clarifying why formally comparable candidacies can obtain radically different vote shares.

Keywords:

outsiders; presidential elections; political careers; political parties; anti-establishment vote.

Apresentação

A presença de candidatos outsiders nas eleições presidenciais brasileiras representa um fenômeno que desafia interpretações convencionais sobre carreiras políticas e sistemas partidários. A literatura internacional (Kenney, 1998; Barr, 2009; Carreras, 2012) oferece ferramentas analíticas para compreender esse fenômeno, mas sua aplicação sistemática ao Brasil ainda permanece limitada.

Este working paper examina os candidatos presidenciais outsiders que concorreram nas eleições entre 2002 e 2022, aplicando a tipologia de Carreras (2012), explicada a seguir, para responder a duas questões fundamentais:

1. Quais os padrões de votação eleitoral de candidatos outsiders no Brasil?
2. Qual a heterogeneidade observável dentro dessa categoria grande “outsiders”?

Carreras (2012) propôs uma tipologia tripartite dos outsiders: a) **amadores**: são candidatos sem experiência política que competem por partidos tradicionais; b) **rebeldes**: são políticos experientes que concorrem por partidos novos ou marginais; e c) **outsiders completos**: são indivíduos que não possuem carreira política prévia e competem por partidos recém-criados ou periféricos ao sistema de partidos instituído. Insiders são políticos experientes que disputam eleições por partidos consolidados.

Essa tipologia é útil porque vai além da oposição binária entre *insider* vs. *outsider*.

Quando usamos na análise política somente “insider” e “outsider” para classificar candidatos, muitos indivíduos muito diferentes entre si vão parar no grupo de “outsider” apenas porque não vieram de um partido grande/estabelecido ou não têm trajetória política típi-

ca.

Um militante político com décadas de ativismo em um partido marginal de esquerda, um empresário sem carreira política que entra por um partido recém-criado de direita, e um político experiente com longa carreira que migra para uma legenda pequena e adota um discurso abertamente anti-establishment podem ser todos categorizados como “outsiders”. Mas eles possuem recursos, vínculos organizacionais, discursos e estratégias completamente distintos entre si. A categoria vira residual (“tudo o que não é insider entra aqui”) e, por isso, explica muito pouco.

A tipologia de Carreras (2012), por sua vez, capta heterogeneidades relevantes entre candidaturas: diferencia trajetórias políticas prévias e classifica os partidos políticos pelos quais os outsiders concorrem. O Quadro 1 sistematiza essa tipologia:

Quadro 1. Tipologia dos políticos anti-establishment

Experiência política	Partidos Tradicionais Partidos Novos/Marginais	
	Com carreira	Sem carreira
	Insider (político)	Maverick (rebelde)
	Amateur (amador)	Full outsider (outsider completo)

Fonte: Adaptado de Carreras (2012).

O paper que se segue é uma tentativa de aplicação dessas categorias – amador, rebelde e outsider completo – aos 24 candidatos a presidente “outsiders” brasileiros. Este é o nosso universo de análise.

1. Dados e classificação dos partidos e dos políticos

Utilizamos dados do TSE (para as eleições entre 2002 e 2022) compilados por nós no [Portal da Classe Política](#) do INCT ReDem.

Esses dados de votação foram então complementados por informações biográficas dos indivíduos coletadas em fontes diversas (o próprio Portal, imprensa, Wikipedia, Portal da Câmara dos Deputados etc.).

A classificação, seguindo Carreras (2012), baseou-se em dois critérios dicotômicos: (1) **experiência política prévia** (sim/não): definida neste estudo como ocupação de cargos eletivos) antes da candidatura presidencial; e (2) **tipo de partido** (3 tipos) pelo qual concorreu, se “novo”, “marginal” ou “tradicional”.

Adotamos para os nossos fins analíticos a seguinte diferenciação entre partidos tendo em vista o contexto brasileiro:

- Partidos “**novos**” foram definidos como aqueles com ≤ 5 anos de fundação em relação ao ano da eleição que ocorre a candidatura do “outsider”.
- Partidos “**marginais**” têm > 5 anos de fundação (em relação ao ano de eleição) e bancadas pequenas (≤ 10 deputados na Câmara). O limiar de 10 cadeiras baseou-se na distribuição observada dos partidos nacionais.
- Partidos “**tradicionais**” são aquelas instituições consolidadas com bancadas significativas de mais de 10 deputados e > 5 anos de fundação.

O Quadro 2 resume nossos critérios.

Quadro 2. Critérios para classificação dos tipos de partido

Tipo de partido	Tempo de fundação	Bancada na Câmara
Novo	≤ 5 anos	≤ 10 cadeiras
Marginal	> 5 anos	≤ 10 cadeiras
Tradicional	> 5 anos	> 10 cadeiras

Fonte: Elaboração própria.

Combinando, portanto, tipo de partido (3 categorias) com tipo de carreira (duas categorias) temos três tipos bem definidos:

- **outsiders completos** = candidatos sem experiência política + partidos novos ou marginais;
- **rebeldes** = candidatos com experiência política + partidos novos ou marginais;
- **amadores** = candidatos sem experiência política + partidos tradicionais.

3. Resultados eleitorais: três ciclos políticos

O Quadro 3 apresenta a votação agregada de outsiders por eleição, a votação de cada um deles em termos percentuais e a média dessas votações para o intervalo 2002-2022, revelando três padrões distintos que desafiam tanto interpretações lineares e superficiais sobre a “crise de representação política”, quanto hipóteses sobre a acumulação progressiva de descontentamento anti-establishment no Brasil que teria eclodido com a eleição de Bolsonaro em 2018.

Quadro 3. Porcentagem de votos em candidatos outsiders no 1º turno das eleições presidenciais (%)

Ano	Votos anti-establishment	Candidatos e % de votos válidos
2002	0,52	Rui Pimenta (PCO) 0,05; Zé Maria (PSTU), 0,47
2006	7,11	Heloísa Helena (PSOL) 6,85; Ana Maria (PRP) 0,13; Eymael (PSDC) 0,07; Luciano Bivar (PSL) 0,06;
2010	1,06	Ivan Pinheiro (PCB) 0,04; Rui Pimenta (PCO) 0,01; Levy Fidelix (PRTB) 0,06; Plínio de Arruda Sampaio (PSOL) 0,87; Zé Maria (PSTU) 0,08
2014	3,74	Luciana Genro (PSOL) 1,55; Levy Fidelix (PRTB) 0,43; Zé Maria (PSTU) 0,09; José Maria Eymael (PSDC) 0,06; Mauro Iasi (PCB) 0,05; Rui Pimenta (PCO) 0,01; Eduardo Jorge (PV) 1,55
2018	6,46*	Bolsonaro (PSL) 46,03; João Amoedo (NOVO) 2,5; Cabo Daciolo (Patriota) 1,26; Álvaro Dias (PODE) 0,80; Vera Lúcia (PSTU) 0,05; José Maria Eymael (DC) 0,04; João Goulart Filho (PPL) 0,03; Guilherme Boulos (PSOL) 0,58; Henrique Meirelles (PMDB) 1,20
2022	0,65	Felipe d'Avila (NOVO) 0,47; Léo Pérciles (UP) 0,05; Padre Kelmon (PTB) 0,07; Sofia Manzano (PCB) 0,04; Vera Lúcia (PSTU) 0,02;
média	3,3	

*52,49% incluindo Bolsonaro; 6,46% excluindo-o. **Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE via Portal da Classe Política (INCT ReDem).

A série histórica não apresenta uma tendência linear, mas **três ciclos descontínuos** que respondem a conjunturas políticas específicas, não a dinâmicas acumulativas.

Quando plotamos esses dados em dois gráficos de linha temporal (Gráfico 1 e 2), com e sem Bolsonaro, temos os seguintes padrões políticos.

Ciclo 1: “Marginalidade estrutural” (2002, 2010, 2022)

Em 2002 (0,52%), 2010 (1,06%) e 2022 (0,65%), o voto anti-establishment permanece abaixo de 1,06%, configurando um piso eleitoral residual. Este piso é composto por duas fontes distintas: militantes e simpatizantes ideológicos de partidos trotskistas (PCO, PSTU, PCB) que votam por afinidade programática, não por expectativa de vitória; e votos acidentais ou de protesto dispersos entre candidaturas periféricas.

A estabilidade desse piso ao longo de 20 anos evidencia que existe uma demanda mínima por candidaturas outsiders no Brasil, sem uma expansão orgânica. Candidaturas recorrentes como Rui Pimenta (PCO: 0,05% em 2002, 0,01% em 2010 e 2014) e Zé Maria (PSTU: 0,47% em 2002, 0,08% em 2010, 0,09% em 2014) não acumulam capital eleitoral ao longo do tempo, nem pretendem, sendo a típica candidatura antissistema democrático. Não há aqui qualquer “aprendizado eleitoral”. Normalmente, candidatos que concorrem múltiplas vezes teoricamente aprendem com erros anteriores, assim refinam estratégias de campanha, identificam nichos eleitorais específicos. Esperaríamos, teoricamente, que Rui Pimenta em 2014 (sua terceira candidatura) obtivesse uma votação superior a 2002 (primeira candidatura) simplesmente por ter acumulado expertise sobre como comunicar as propostas dos trotskistas para públicos não-militantes. Não é o que ocorre.

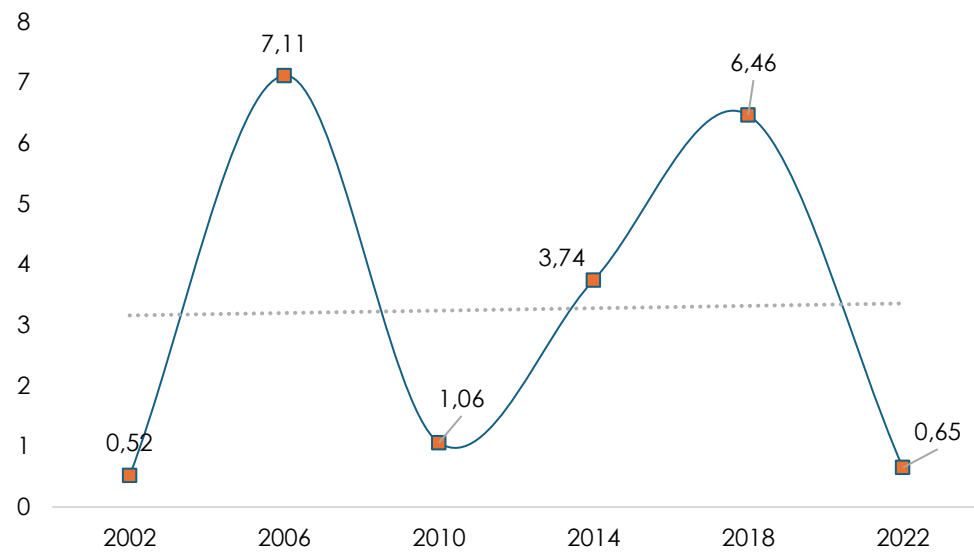
Não há também “fidelização progressiva” de base. Candidatos recorrentes deveriam construir núcleos de eleitores fiéis que votam sistematicamente na mesma candidatura, expandindo-se progressivamente. Zé Maria (PSTU), concorrendo em 2002, 2010 e 2014, deveria consolidar uma base de apoiadores que votaram nele em 2002, trouxeram novos eleitores em 2010 e ampliaram ainda mais a base em 2014. A cada ciclo, o piso mínimo de votos deveria se elevar, mesmo que o crescimento fosse marginal. Não é o que ocorre.

A retração para 0,65% do voto anti-establishment em 2022 é reveladora da alta volatilidade desse tipo de comportamento político. Após a vitória de Bolsonaro em 2018, seria plausível esperar que o voto “contra tudo e contra todos” se consolidasse em patamar superior, sinalizando uma transformação permanente no comportamento eleitoral nacional.

A expectativa teórica subjacente a essa afirmação está ligada à ideia da normalização do outsider como via eleitoral legítima ligada à erosão permanente da legitimidade de partidos tradicionais. Após escândalos massivos de corrupção ou crises econômicas agudas, eleitores abandonam partidos tradicionais *permanentemente*, não temporariamente, conforme a literatura de Ciência Política. Assim, teoricamente, o que deveríamos esperar em 2022 seriam duas possibilidades (que não se excluem): a) *rejeição ativa ao PT, ao PSDB e aos partidos do “sistema”* (MDB, PP etc.): mesmo com Lula, sua votação deveria ser estrangida por um teto de rejeição consolidado; e b) *migração para partidos novos ou marginais*: NOVO (fundado 2011), Podemos (2017), Patriota (2012), UP (2019) deveriam capturar eleitores órfãos dos partidos tradicionais. O voto agregado desses partidos deveria superar 10%. Não foi o que ocorreu.

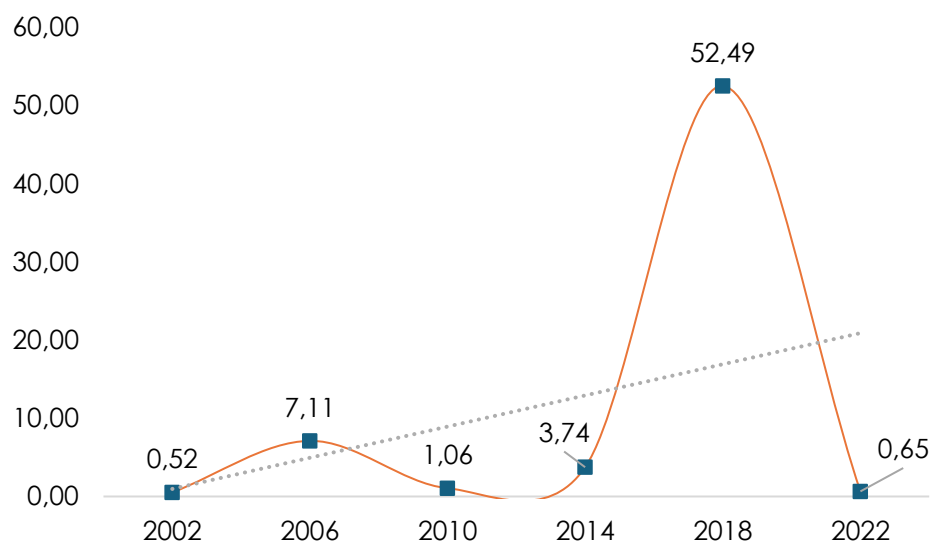
A retração de 2022 sugere, ao contrário, que 2018 foi uma exceção muito conjuntural.

Gráfico 1. Variação temporal na votação (%) dos candidatos outsiders no Brasil, **sem** Jair Bolsonaro



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE via Portal da Classe Política (INCT ReDem).

Gráfico 2. Variação temporal na votação (%) dos candidatos outsiders no Brasil, **com** Jair Bolsonaro



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE via Portal da Classe Política (INCT ReDem).

*Ciclo 2: “Crescimentos pontuais não-acumulativos”
(2006, 2014)*

As eleições de 2006 e 2014 apresentam votações anti-establishment superiores à média de 3,3% (7,11% e 3,74%, respectivamente), mas sem capacidade política de desestabilizar o sistema partidário. Ambas compartilham duas características: presença de candidaturas de esquerda com capital político prévio (Heloísa Helena em 2006, Luciana Genro e Eduardo Jorge em 2014); e contextos de desgaste do governo petista sem crise aguda de representação.

O desempenho de **Heloísa Helena** em 2006 com 6,85% dos votos (Gráfico 3) é analiticamente crucial porque demonstra quais são as condições de possibilidade para outsiders competitivos no Brasil: capital político acumulado via trajetória parlamentar consolidada (senadora 1995-2003); credenciais de autenticidade ideológica construídas via dissidência dramática (expulsão do PT em 2003 por votar contra Reforma da Previdência); inserção em redes partidárias emergentes mas estruturadas (PSOL fundado em 2004 agregando dissidentes petistas com forte base sindicatos de funcionários públicos e em movimentos sociais).

Heloísa Helena obteve três vezes mais votos que todos os demais outsiders somados em 2006 (Ana Maria 0,13%, Eymael 0,07%, Luciano Bivar 0,06%). Isso evidencia que o voto anti-establishment em 2006 não foi difuso, mas altamente concentrado em uma liderança específica. Não houve “onda anti-establishment”. Houve sim transferência de votos de eleitores de esquerda desiludidos com o PT – em função da crise do mensalão – para uma dissidente carismática.

Em 2014, o voto anti-establishment alcança 3,74%, mas distribuído entre **Luciana Genro** (PSOL, 1,55%), esquerda, **Eduardo Jorge** (PV, 1,55%), centro, e **Levy Fidelix** (PRTB, 0,43%), direita. Comparado a 2006, há maior dispersão

entre candidaturas desse tipo, sugerindo que o descontentamento não se canalizou em liderança única. Eduardo Jorge, médico sanitarista e ex-secretário municipal, mobilizou perfil técnico-progressista com uma agenda ecológica, distinto do perfil ideológico do PSOL, fragmentando o voto de protesto de esquerda.

A oscilação entre 7,11% (2006) e 3,74% (2014) contradiz hipóteses sobre acumulação linear de insatisfação do eleitorado com o sistema político. Se crises de representação produzissem radicalização progressiva do eleitorado, 2014 (ano seguinte a protestos massivos (2013), julgamento dos escândalos de corrupção (Mensalão) e polarização acirrada) deveria apresentar votação superior a 2006. A retração sugere que voto anti-establishment no Brasil é muito volátil, respondendo mais a lideranças carismáticas específicas do que ao acúmulo do ressentimento político.

Ciclo 3: “Ruptura dentro da ruptura” (2018)

2018 constitui uma anomalia analítica que desafia tanto a tipologia de Carreras quanto interpretações lineares sobre outsiders. Incluindo Bolsonaro (Gráfico 2), o voto anti-establishment alcança 52,49%, sete vezes superior ao pico histórico de 2006. Excluindo-o, permanece em 6,46%, nível comparável a 2006.

Esta ambiguidade é estruturante para a interpretação do fenômeno.

Se Bolsonaro é classificado como “rebelde” (conforme o critério de Carreras: isto é, experiência política + partido marginal), sua vitória evidencia que rebeldes podem vencer quando três condições convergem:

¹ A literatura sobre candidaturas anti-establishment sugere que o enquadramento do candidato como vítima ou perseguido pelo "sistema" pode operar como ativo político, ao reforçar a clivagem moral "povo vs. establishment" e aumentar a tolerância do eleitor a sinais de radicalismo ou incompetência. Nesse sentido, o atentado sofrido por Jair Bolsonaro durante a campanha de 2018 elevou sua centralidade midiática e consolidou esse enquadramento como vítima. Além disso, sua plataforma combinou mobilização explícita de valores conservadores/religiosos de direita com sinalizações de compromisso com uma agenda econômica neoliberal. Esse duplo alinhamento foi um diferencial relevante frente a candidaturas anteriores de oposição ao Partido dos Trabalhadores que, embora "anti-PT", não se apresentavam com a mesma nitidez como direita conservadora. Por isso, é analiticamente arriscado cravar condições gerais de vitória de rebeldes a partir desse único caso: trata-se de uma conjuntura excepcional, em que choques contingentes e alinhamentos ideológicos específicos provavelmente tiveram um peso causal desproporcional.

1. crise aguda de representação dos partidos estabelecidos (Lava Jato deslegitimou PT, PMDB, PSDB simultaneamente);
2. capital político acumulado via trajetória longa, mas marginal (28 anos como deputado sem acesso a Ministérios ou lideranças partidárias);
3. mobilização eficaz de recursos extrapartidários (redes sociais, apoio empresarial informal, segmentos evangélicos).

Porém, a votação de Bolsonaro é 575 vezes superior à média histórica de rebeldes (0,08% excluindo Heloísa Helena e Bolsonaro). Isso sugere que a tipologia captura **perfil estrutural**, não o potencial eleitoral. Bolsonaro não inventou uma nova forma de fazer política. Utilizou trajetória típica de **rebelde marginal**. Sua votação excepcional responde à janela de oportunidade específica que não existia em eleições anteriores nem existiu em posteriores¹.

A distribuição do voto anti-establishment em 2018 excluindo Bolsonaro revela grande fragmentação ideológica:

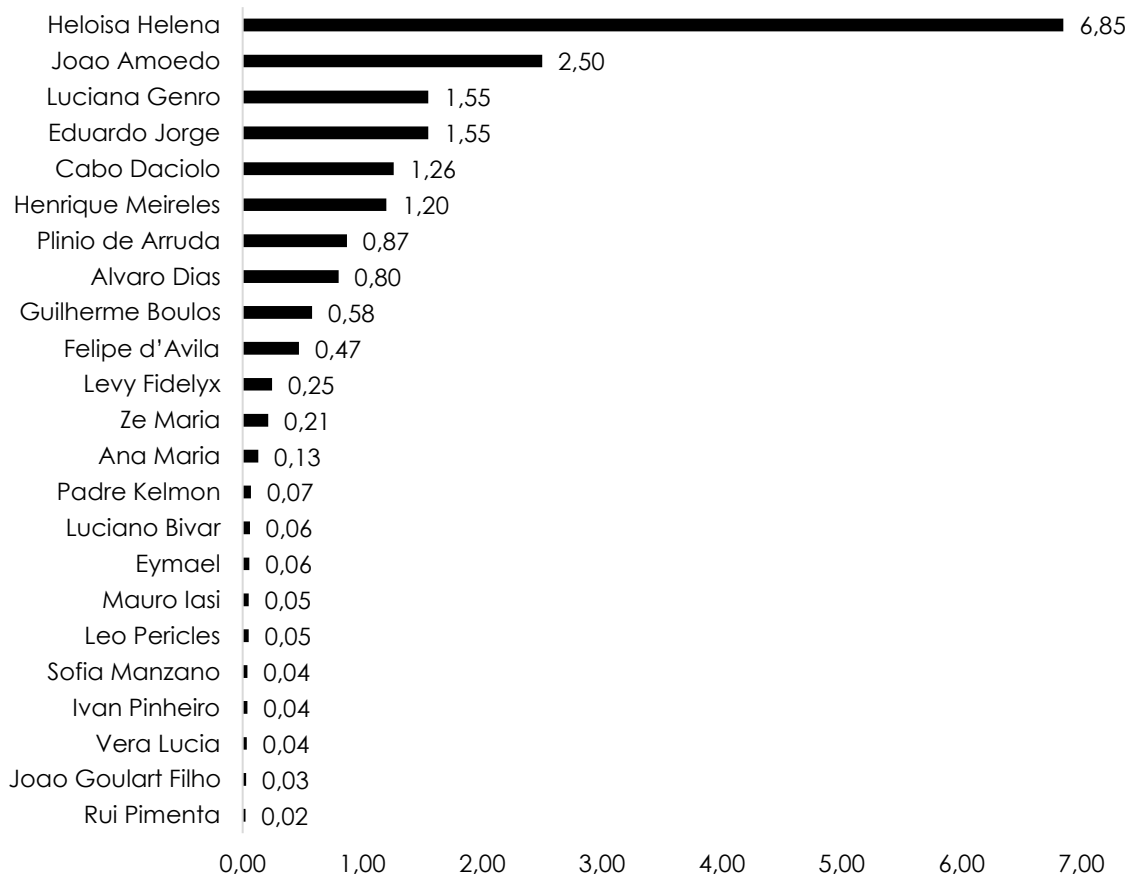
- João Amoêdo (NOVO, direita liberal, 2,50%)
- Cabo Daciolo (Patriota, direita religiosa, 1,26%)
- Henrique Meirelles (MDB, centro tecnocrático, 1,20%)
- Álvaro Dias (PODE, centro-direita, 0,80%)
- Guilherme Boulos (PSOL, esquerda, 0,58%)

Em 2018 o que houve foi uma *proliferação de candidaturas outsiders*, cada um mobilizando segmento específico do eleitorado insatisfeito.

João Amoêdo, empresário bilionário sem experiência política, obtém a segunda maior votação histórica entre outsiders (2,5%), atrás apenas de Heloísa Helena (PSOL). Isso evidencia que capital econômico pode compensar ausência de capital político em contextos de crise.

Amoêdo mobilizou um discurso ao mesmo tempo técnico-gerencial e anticorrupção, capturando eleitores das altas camadas médias desiludidos tanto com PT quanto com PSDB e sem disposição em apostar em uma alternativa tão radical quanto a de Bolsonaro.

Gráfico 3. Votação obtida pelos candidatos outsiders no período 2002-2022



OBS: Jair Bolsonaro foi excluído deste gráfico a fim de evitar distorções na visualização dos dados.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE via Portal da Classe Política (INCT ReDem).

4. Classificação do perfil dos candidatos

O Quadro 4 sistematiza a classificação dos 24 candidatos segundo seis variáveis: partido, tipo de partido, ideologia do partido, experiência política, militância partidária e tipo de outsider resultante dessa combinação. A análise revela padrões estruturais que desafiam interpretações lineares sobre a relação entre trajetória política, posicionamento ideológico e viabilidade eleitoral de candidaturas anti-establishment.

Quadro 4. Classificação individual de candidatos outsiders (2002-2022)

Candidato	Partido	Tipo de partido*	Ideologia	Experiência política*	Militância partidária	Tipo outsider
Álvaro Dias	PODE	Novo	direita	sim	sim	Rebelde
Ana Maria	PRP	Marginal	direita	não	não	Outsider completo
Cabo Daciolo	Patriota	Novo	direita	sim	não	Rebelde
Eduardo Jorge	PV	Marginal	centro	sim	sim	Rebelde
Eymael	PSDC/DC	Marginal	direita	sim	sim	Rebelde
Felipe d'Ávila	NOVO	Marginal	direita	não	não	Outsider completo
Boulos	PSOL	Marginal	esquerda	não	sim	Outsider completo
Heloísa Helena	PSOL	Novo	esquerda	sim	sim	Rebelde
Meirelles	MDB	Tradicional	centro	não	sim	Amador
Ivan Pinheiro	PCB	Marginal	esquerda	não	sim	Outsider completo
Jair Bolsonaro	PSL	Marginal	direita	sim	sim	Rebelde
João Amoêdo	NOVO	Marginal	direita	não	não	Outsider completo
João Goulart	PPL	Marginal	esquerda	sim	sim	Rebelde
Léo Péricles	UP	Novo	esquerda	não	sim	Outsider completo
Levy Fidelix	PRTB	Marginal	direita	não	sim	Outsider completo
Luciano Bivar	PSL	Marginal	direita	sim	sim	Rebelde
Luciana Genro	PSOL	Marginal	esquerda	sim	sim	Rebelde
Mauro Iasi	PCB	Marginal	esquerda	não	sim	Outsider completo
Padre Kelson	PTB	Tradicional	direita	não	sim	Amador
Plínio de Arruda	PSOL	Novo	esquerda	sim	sim	Rebelde
Rui Pimenta	PCO	Marginal	esquerda	não	sim	Outsider completo
Sofia Manzano	PCB	Marginal	esquerda	não	sim	Outsider completo
Vera Lúcia	PSTU	Marginal	esquerda	não	sim	Outsider completo
Zé Maria	PSTU	Marginal	esquerda	não	sim	Outsider completo

*Experiência política = cargos eletivos antes da candidatura presidencial; *Tipo de partido: novo (≤5 anos), marginal (>5 anos, ≤10 deputados), tradicional (>5 anos, >10 deputados).

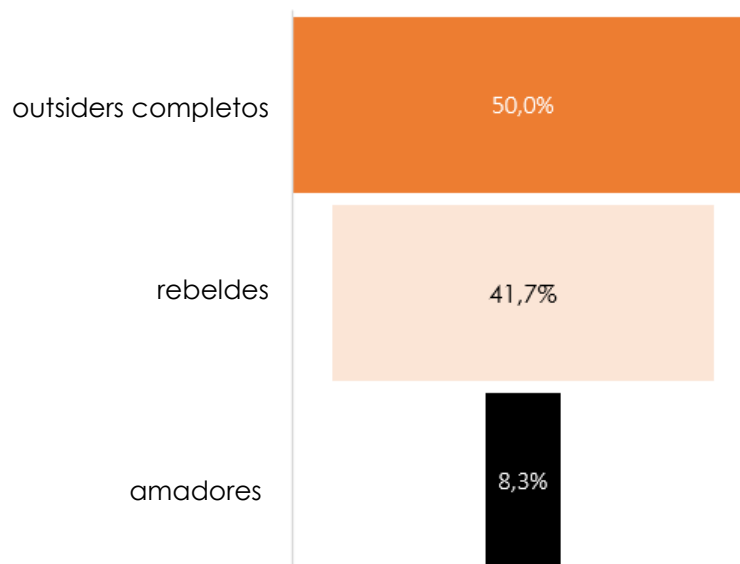
Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE e fontes jornalísticas.

A distribuição no Quadro 4 revela o seguinte: há 12 outsiders completos (50%), 10 rebeldes (41,7%) e apenas 2 amadores (8,3%) (Gráfico 4). Esta desproporcionalidade não é aleatória; evidencia barreiras institucionais diferenciadas para cada tipo de candidatura.

4.1 Por que amadores são tão raros?

Partidos tradicionais (MDB, PSDB, PP, PSD) operam mecanismos de seleção mais estritos que filtram candidaturas presidenciais. Dirigentes partidários selecionam, teoricamente, candidatos com base em três fatores combinados: (1) *capital político acumulado* via mandatos prévios (que, *potencialmente*, se traduziria em "capital eleitoral"); (2) *capacidade de mobilizar recursos financeiros*; (3) *inserção em redes de poder regionais e nacionais*.

Gráfico 4. Proporção de outsiders completos, rebeldes e amadores nas eleições presidenciais brasileiras



Fonte: Elaboração própria.

Henrique Meirelles (MDB, 2018), embora tecnicamente “amador”, acumulou capital político substantivo como presidente do Banco Central (2003-2011) e Ministro da Fazenda (2016-2018). Sua candidatura foi lançada pelo establishment do MDB como um projeto “tecnocrático” anti-Bolsonaro e anti-PT. Padre Kelmon (PTB, 2022) representa caso oposto: apresentador de TV que obteve 0,07% em candidatura percebida como caricatural, refletindo alto grau de desorganização partidária do PTB sob liderança de Roberto Jefferson.

A raridade de amadores – candidatos sem experiência política + partidos tradicionais – evidencia que partidos tradicionais brasileiros funcionam como oligarquias fechadas onde presidenciáveis precisam acumular décadas de carreira interna (Lula, Dilma, Alckmin, Aécio) ou credenciais tecnocráticas e redes externas excepcionais no mercado (Meirelles). Não há espaço aqui para outsiders genuínos sem capital político ou econômico prévio.

4.2 Por que predominam outsiders completos e rebeldes?

A proliferação de partidos marginais no Brasil, consequência de regras eleitorais permissivas (cláusula de barreira baixa até 2018, fundo partidário distribuído para legendas canônicas), cria oferta abundante de plataformas institucionais para candidaturas externas. Diferentemente de sistemas com poucos partidos e concentrados (EUA, Reino Unido), onde outsiders precisam vencer primárias de partidos estabelecidos ou concorrer como independentes, no Brasil basta alugar ou capturar um partido marginal.

PCO, PSTU, PCB (partidos trotskistas fundados nos anos 1990-2000) apresentaram candidatos presidenciais em todas as eleições como estratégia de propaganda ideológica, não esperando vitória. Esses partidos funcionam como incubadoras permanentes de “outsiders completos” de esquerda, explicando a concentração numérica nessa categoria.

Já o PSOL (fundado 2004) opera com uma lógica distinta: é um partido de dissidentes políticos (expulsos do PT ou que saíram voluntariamente) que produz “rebeldes” (Heloísa Helena, Luciana Genro, Plínio de Arruda) que combinam experiência parlamentar prévia com inserção em legenda marginal. O PSOL não recruta “outsiders completos” como os micropartidos de extrema-esquerda. Ele promove quadros com trajetórias consolidadas que romperam com establishment para concorrer à presidência da República.

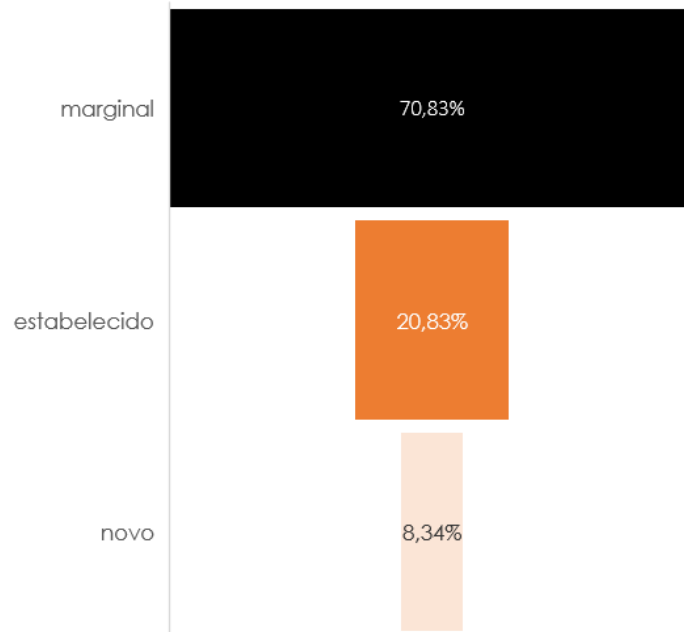
4.3 Por que outsiders se concentram em partidos marginais?

17 dos 24 candidatos (70,8%) concorreram por partidos marginais (>5 anos de fundação, ≤10 deputados), apenas 5 por partidos novos (≤5 anos), e 2 por tradicionais (Gráfico 5). Esta concentração revela um padrão estrutural: a via anti-establishment no Brasil opera primordialmente via captura de legendas periféricas preexistentes, não via criação institucional de novos partidos.

Fundar partido no Brasil pré-2018 exigia coleta de assinaturas (0,5% do eleitorado da última eleição, ~500 mil assinaturas), registro no TSE, construção de diretórios estaduais em 1/3 dos estados. Após 2018, as barreiras aumentaram: cláusula de desempenho progressiva (3% dos votos válidos em 2018, distribuídos em 1/3 dos estados, com mínimo de 2% em cada; 2% em 2022). Partidos que não atingem cláusula perdem acesso a fundo partidário.

Capturar um partido marginal existente contorna essas barreiras: legendas como PSL (fundado 1994), Patriota (2012), PRTB (1994) tinham registro, estrutura mínima, acesso a fundo partidário, mas eram, ideologicamente, amorfos. Luciano Bivar (PSL) fundou o partido como projeto pessoal regional (Pernambuco), sem qualquer densidade programática. Quando Bolsonaro migrou para o PSL em 2018, não precisou construir o seu partido, mas alugou a infraestrutura institucional existente.

Gráfico 5. Tipo de partidos pelos quais concorrem à presidência os outsiders brasileiros



Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, PSOL, PSTU, PCB, PCO, embora marginais, têm identidade ideológica consolidada e militância pequena, mas ativa. Não são, assim, legendas alugáveis, são plataformas partidárias que selecionam candidatos alinhados programaticamente. Rui Pimenta (PCO), Vera Lúcia (PSTU), Sofia Manzano (PCB) são quadros partidários formados em décadas de militância interna, não outsiders que capturaram legendas desocupadas à la Bolsonaro. PSL, Patriota, PRTB não tinham projeto político antes de Bolsonaro, Daciolo e Fidelix, apenas existiam como estruturas jurídicas disponíveis para aluguel.

Esta distinção, a partir dos dados, é crucial:

1. partidos marginais de esquerda produzem outsiders ideológicos;
2. partidos marginais de direita são capturados por outsiders oportunistas.

Retornaremos a ela mais adiante pois ela põe um problema interessante à tipologia de Carreras (2012).

4.4 Por que partidos novos são minoria?

Apenas 5 candidatos concorreram por partidos ≤ 5 anos de fundação: Heloísa Helena e Plínio de Arruda (PSOL, 2006 e 2010), Álvaro Dias (PODE, fundado 2017), Cabo Daciolo (Patriota, embora fundado em 2012 como PEN, refundado como Patriota em 2017), Léo Péricles (UP, fundado em 2019).

O PSOL domina essa categoria porque foi fundado especificamente para abrigar dissidentes petistas após a cisão de 2003. Era um partido novo em 2006, mas com quadros experientes. Isso é importante: fundações de partidos geralmente decorrem de cisões de partidos estabelecidos (PSDB saiu do PMDB em 1988, PSOL saiu do PT em 2004), logo novos partidos herdam elites políticas experientes, produzindo “rebeldes”, não “outsiders completos”.

Partidos genuinamente novos sem herança em cisões – como por exemplo o NOVO (fundado 2011 por empresários sem filiação prévia a partidos) ou UP (fundado em 2019 por movimentos sociais) – raramente lançam candidaturas presidenciais competitivas porque carecem de tempo de TV proporcional a bancadas, recursos do fundo partidário e eleitoral, redes territoriais consolidadas em diretórios e reconhecimento, pelo eleitorado, de uma forte “marca eleitoral” que sinalize as bandeiras do partido.

4.5 Em direção a uma tipologia brasileira dos outsiders

A partir dos dados e da prosopografia (das biografias coletivas) dos concorrentes a presidente, elaboramos uma tipologia empírica levando em conta os tipos teó-

ricos (amador, rebelde, completo), mas distribuindo-os em três perfis sociológicos novos e distintos. O Quadro 5 organiza nossa tipologia empírica:

Quadro 5. Tipologia empírica das candidaturas outsiders: recursos, funções e desempenho eleitoral

tipo empírico	Militantes ideológicos	Dissidentes carismáticos	Outsiders de direita
caracterização	Militantes ideológicos de partidos trotskistas	Dissidentes carismáticos de esquerda	Outsiders de direita com capital extrapartidário
tipo teórico	Outsiders completos	Rebeldes	Outsiders completos ou Rebeldes
casos	Rui Pimenta, Zé Maria, Vera Lúcia, Sofia Manzano, Mauro Iasi, Ivan Pinheiro	Heloísa Helena, Luciana Genro, Plínio de Arruda, Eduardo Jorge, Guilherme Boulos	João Amoêdo, Felipe d'Ávila, Bolsonaro, Cabo Daciolo, Ana Maria
partidos	PCO, PSTU, PCB	PSOL, PV	NOVO, PSL, Patriota, PRP
recursos	Capital político/social via militância, redes de movimentos sociais, formação ideológica	Capital político via mandatos prévios, credenciais de autenticidade via ruptura dramática, inserção em movimentos sociais	Capital econômico (empresários), capital midiático (exposição prévia), capital político marginal (Bolsonaro), redes extrapartidárias (evangélicos, militares, empresários informais)
votação	0,02%-0,1% (marginalidade permanente)	0,58%-6,85% (competitivos em conjunturas favoráveis)	0,13%-46,03% (altamente variável conforme conjuntura)
motivação	Propaganda ideológica, afirmação identitária, recrutamento de quadros	Canalizar insatisfação de esquerda com PT, oferecer alternativa programática sem abandonar campo progressista	Mobilizar nichos eleitorais de direita (liberais, autoritários, religiosos) via recursos extrapartidários
retórica	Revolucionária-pedagógica: anticapitalismo, antagonismo de classe, socialismo	Ético-programática: Denúncia moral da corrupção petista, autenticidade vs. pragmatismo, alternativa progressista sem moderação (inclusiva)	Anticorrupção/anti-establishment: variações tecnocráticas (empresários), populistas-autoritárias (Bolsonaro), religiosas (Daciolo). Rejeição do establishment PT+PSDB.

Fonte: Elaboração própria.

Esta tipologia empírica evidencia que a agregação em categorias estruturais (outsider completo, rebelde, amador) obscurece diferenças substantivas entre recursos mobilizados, motivações que estão na base dos discursos políticos e o potencial eleitoral de cada um dos tipos de outsiders.

A tipologia de Carreras, embora analiticamente superior à classificação binária *insider* vs. *outsider*, opera via critérios formais (presença/ausência de experiência política; tipo de partido) que capturam o posicionamento estrutural dos indivíduos no sistema partidário, mas não capturam recursos mobilizáveis, funções políticas ou potencial eleitoral.

Consideremos o caso de dois “outsiders completos” classificados identicamente: **Rui Pimenta** (PCO) e **João Amoêdo** (NOVO). Ambos carecem de experiência política prévia no sentido de cargos ocupados na política eleitoral e concorrem por partidos marginais. Formalmente, são casos equivalentes. Substantivamente, são radicalmente distintos.

Rui Pimenta mobiliza um capital político acumulado via mais de 40 anos de militância trotskista, opera dentro de uma estrutura partidária ideologicamente extremamente rígida (PCO), articula redes com movimentos sociais e sindicatos de funcionários públicos e tem como plataforma ou função da sua campanha fazer propaganda revolucionária. Ele não espera qualquer vitória eleitoral, e usa as eleições para afirmar a identidade política da organização e recrutar quadros. Sua votação (0,05% em 2002) reflete essa função ideológica, não instrumental.

João Amoêdo mobiliza capital econômico (fortuna estimada em centenas de milhões via fundação do Itaú BBA), financia uma campanha profissional com consultores, produção audiovisual de alto padrão e presença digital massiva nas redes, opera eleitoralmente em um partido fundado por empresários (NOVO) sem

densidade organizacional, mas com marca eleitoral clara (liberalismo, anticorrupção), e tem como função capturar eleitores de classe média alta descontentes com os partidos tradicionais. Sua votação em 2018 (2,50%) foi 50 vezes superior à de Rui Pimenta. Ela evidencia que capital econômico compensa ausência de capital político/militância de forma que capital institucional/partidário não consegue.

A tipologia de Carreras classifica ambos identicamente porque privilegia – formalmente – localização no sistema partidário (dentro/fora de partidos estabelecidos) sobre a sociologia das candidaturas (quem são esses atores, que recursos controlam, que funções cumprem no sistema político, quais seus discursos etc.). Isso gera equivalência com base em falsos positivos: candidatos formalmente idênticos são substantivamente incomparáveis.

O mesmo problema afeta os rebeldes: **Heloísa Helena** (6,85%) e **Eymael** (0,06%) são ambos “rebeldes”, isto é, políticos experientes que disputam por partidos marginais. Mas Helena mobiliza credenciais de autenticidade política via expulsão dramática do PT, inserção em movimentos sociais e carisma construído em trajetória de resistência ideológica. Eymael é um dirigente de um partido democrata-cristão marginal (PSDC), sem base eleitoral, sem movimento político orgânico, sem diferenciação programática clara dos demais partidos da grande família da direita brasileira.

O problema é que a categoria “rebelde” agrega essas trajetórias como se fossem equivalentes, obscurecendo que *experiência política* não é homogênea: ‘experiência parlamentar + dissidência carismática + inserção em redes’ é completamente diferente de ‘experiência parlamentar genérica’.

Tipologias são construídas dedutivamente, a priori, cruzando dimensões conceituais, ou indutivamente, a posteriori, identificando padrões nos dados. Collier,

LaPorte & Seawright (2012) chamam isso de “typologies grounded in data” ou “empirically-derived typologies”. A implicação teórica dessa diferença entre uma tipologia dedutiva (Carreras) e a nossa (empírica e indutiva) é que a primeira é uma ferramenta útil para *descrever configurações*, mas inadequadas para *explicar resultados*. No Quadro 6 explicamos melhor a diferença por contraste.

Análises causais exigem incorporar variáveis sociológicas (recursos econômicos, capital político qualificado, redes organizacionais etc.) e conjunturais (timing político, crises de representação, janelas de oportunidade etc.) que tipologias formais/institucionais não capturam.

Quadro 6. Comparação entre tipologias binária, dedutiva (Carreras) e indutiva (perfis empíricos)

Tipologia binária	Tipologia conceitual-dedutiva	Tipologia empírica-indutiva
classificação por exclusão	cruzamento de dimensões conceituais a priori	identificação de padrões recorrentes nos dados
critério único/negativo	critérios formais/institucionais	critérios substantivos/sociológicos
posição no sistema político	posição estrutural no sistema político-partidário	atributos individuais substantivos
- insider (dentro do establishment) - outsider (fora do establishment)	- presença/ausência de experiência política (sim/não) - tipo de partido (novo/marginal/tradicional)	- tipo de capital mobilizado (social/político/econômico) - função política (propaganda ideológica/alternativa programática/ mobilização de nicho eleitoral) - origem social (militante/parlamentar/empresário)

Fonte: Elaboração própria.

5. Discussão

5.1 Equilíbrio pontuado versus acumulação progressiva

A análise temporal dos resultados eleitorais revela que o voto anti-establishment no Brasil opera via modelo de *equilíbrio pontuado*², não via acumulação progressiva de insatisfação. Se crises de representação política produzissem uma radicalização cumulativa ao longo do tempo, observaríamos uma tendência ascendente entre 2002 e 2022. A retração do voto anti-establishment em 2022 para 0,65%, logo após a vitória de Bolsonaro, evidencia que a preferência por um outsider-rebelde ou completo não se consolida entre as eleições como os Gráficos 1 e 2 documentam. As oscilações respondem a estímulos *conjunturais* e desaparecem quando janelas de oportunidade se fecham, tais como crises de credibilidade do “sistema”.

Diferentemente de Peru, Equador e Bolívia, onde outsiders vencem recorrentemente eleições presidenciais desde os anos 1990 (Fujimori, Toledo, Humala, Castillo no Peru; Gutiérrez, Correa, Lasso no Equador; Morales na Bolívia) sinalizando colapso permanente de sistemas partidários, no Brasil as vitórias de outsiders são eventos excepcionais.

Partidos tradicionais andinos colapsaram eleitoralmente e nunca se recuperaram. No Brasil, apesar de Lava Jato e da polarização político-ideológica, a maioria dos partidos estabelecidos mantiveram suas capacidades competitivas ao longo do tempo com a exceção de 2018. Isso também diferencia o Brasil do Chile: em 2021 sai Piñera, eleito em 2017, um político experiente da direita estabelecida e entra Boric, “outsider” do tipo rebelde, deputado independente que se elegeu por uma legenda criada dois anos antes de sua eleição. Em 2025 sai Boric e entra Kast, outro “outsider rebelde” - mas agora de extrema-direita - com longa

² O modelo de “equilíbrio pontuado” (punctuated equilibrium) foi desenvolvido originalmente na biologia evolutiva por Eldredge & Gould (1972) e posteriormente aplicado à Ciência Política por Jones & Baumgartner (2012). Postula que sistemas evoluem não gradualmente, mas através de longos períodos de estabilidade interrompidos por mudanças abruptas e rápidas. No caso do voto anti-establishment brasileiro, observamos marginalidade estrutural (<1%) interrompida por eventos críticos pontuais (2006, 2018), seguidos de retorno ao equilíbrio anterior.

carreira política, dissidente do tradicional partido União Democrática Independente, concorreu às eleições presidenciais pelo Partido Republicano, fundado por ele próprio em 2019. Além disso, outros candidatos outsiders aumentaram suas votações, como é o caso de Franco Parisi, que fez 13% dos votos nas eleições de 2021 e 19% em 2025.

Nossa suposição é que o presidencialismo de coalizão brasileiro e a profissionalização de elites políticas funcionam como amortecedores institucionais que limitam espaço eleitoral para outsiders, competitivos apenas quando há janelas de oportunidade muito excepcionais, impedindo a consolidação de um padrão anti-establishment.

5.2 Tipologias institucionais versus tipologias sociológicas

A aplicação da tipologia de Carreras revelou que critérios institucionais (experiência política prévia; tipo de partido) obscurecem diferenças sociológicas substantivas.

Tipologias institucionais mapeiam configurações formais no sistema partidário; análises sociológicas são necessárias para explicar desempenho eleitoral, incorporando variáveis que classificações formais não capturam: qualidade do capital político, volume de capital econômico, tipo de retórica, função política específica e *timing* (convergência entre recursos individuais e janelas de oportunidade conjunturais).

6. Conclusão

Este estudo examinou os padrões de votação eleitoral e a heterogeneidade dos perfis de candidatos outsiders no Brasil à presidência da República (2002-2022).

Quanto aos padrões de votação, a opção do eleitorado por outsiders é absolutamente marginal. O voto anti-establishment oscila entre picos conjunturais (2006, 2018) e pisos estruturais (<1%). Ou seja, não há acumulação progressiva de insatisfação política (ou uma “crise de representação” estrutural).

Quanto à heterogeneidade, a tipologia de Carreras distingue amadores, rebeldes e outsiders completos, superando as classificações binárias. Porém, critérios institucionais (experiência política; tipo de partido) obscurecem diferenças substantivas.

Nossa tipologia sociológica identifica três perfis empiricamente distintos segundo os recursos efetivamente mobilizados (capital social, político, econômico) e as respectivas formas de comunicação/retórica política. Há candidatos que apostam em uma propaganda essencialmente ideológica (revolucionária-pedagógica das massas), há uma alternativa na esquerda de tipo programática, e há mobilização de nicho com discurso anticorrupção/anti-establishment). Candidatos formalmente idênticos obtêm votações que diferem em ordem de magnitude porque mobilizam capitais radicalmente distintos e falam para audiências distintas. Nossa tese é que análises sociológicas dos perfis dos outsiders permitem explicar melhor os desempenhos políticos concretos ao invés de apenas classificá-los em subtipos.

Porém, há duas limitações aqui que merecem atenção: a) não analisamos sistematicamente discursos de campanha, limitando-nos a descrições superficiais de retóricas; e b) focamos apenas eleições presidenciais, sem examinar se esses padrões observados e os tipos que encontramos – militantes ideológicos, dissidentes carismáticos, outsiders de direita – aparecem também em disputas para governador ou senador.

Referências

- Barr, R. (2009). Populism, Outsiders and Anti-Establishment Politics. *Party Politics*, 15(1), 29–48.
<https://doi.org/10.1177/1354068808097890>
- Carreras, M. (2012). The Rise of Outsiders in Latin America, 1990–2010. *Comparative Political Studies*, 45(12), 1451–1482.
<https://doi.org/10.1177/0010414012437162>
- Collier, D., LaPorte, J., & Seawright, J. (2012). Putting Typologies to Work: Concept Formation, Measurement, and Analytic Rigor. *Political Research Quarterly*, 65(1), 217–232.
<https://doi.org/10.1177/1065912912437162>
- Eldredge, N., & Gould, S. J. (1972). Punctuated Equilibria: An Alternative to Phyletic Gradualism. In T. J. M. Schopf (Eds.), *Models in Paleobiology* (pp. 82–115). San Francisco: Freeman, Cooper.
- Jones, B. D., & Baumgartner, F. R. (2012). From There to Here: Punctuated Equilibrium to the General Punctuation Thesis to a Theory of Government Information Processing. *Policy Studies Journal*, 40(1), 1–20. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2011.00431.x>
- Kenney, M. (1998). Outsider Politics and Leadership. *Political Research Quarterly*, 51(1), 1–25.
<https://doi.org/10.1177/106591299805100101>

Autoria

Roberta Picussa

Pesquisadora do INCT-ReDem (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Representação Democrática e Legitimidade) e pesquisadora visitante do CEVIPOF-Sciences Po. Suas pesquisas concentram-se em comportamento eleitoral, outsiders políticos e sistemas partidários na América Latina.

Adriano Codato

Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, pesquisador do CNPq e coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática (ReDem).

Diretrizes para Submissão



A **Série de Working Papers** do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática (INCT-ReDem) aceita exclusivamente **notas de pesquisa originais**. As submissões devem apresentar **resultados substantivos** baseados em **dados inéditos**, ainda não publicados.

As notas não devem exceder **5.000 palavras**. As decisões de publicação são tomadas pela **Editora**, com base em **duas avaliações externas**.

O **resumo** deve seguir a estrutura **IMRAD** (Introdução, Materiais e Métodos, Resultados e Discussão) e destacar as **principais conclusões**. O **título** não deve exceder **100 caracteres** (incluindo espaços). Cada **nota de rodapé** deve conter no máximo **400 caracteres** (incluindo espaços). As **referências** devem aparecer ao final do manuscrito, listadas em **ordem alfabética** e formatadas de acordo com o **estilo APA (7ª ed., 2019)**.

Os manuscritos devem ser submetidos por e-mail para wpinctredem@gmail.com, endereçados a **Editora**.



Informações de Direitos Autorais e Editoriais © 2025
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para
Representação e Legitimidade Democrática (INCT-
ReDem)

**Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática (INCT-ReDem)**

Editora: Maiane Bittencourt (UFPR)

Conselho Editorial: Adriano Codato (UFPR), Bruno Bolognesi (UFPR), Carolina de Paula (UERJ), Ednaldo Ribeiro (UEM), Graziella Testa (FGV), Jaqueline Zulini (FGV), Karolina Roeder (UNINTER), Luciana Veiga (UNIRIO/FGV), Maria Alejandra Nicolás (UNILA), Maria Cecília Eduardo (UFPR), Nara Pavão (UFPE), Renato Perissinotto (UFPR)

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo nº 406649/2022-7; Fundação Araucária, Processo nº INC2024191000001.

**Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática (INCT-ReDem)**

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Departamento de Ciência Política
Rua General Carneiro, 460 – Sala 515
Curitiba – PR – Brasil – CEP 80060-150
E-mail: inct.redem@gmail.com | <https://redem.tec.br/>

© 2026 Roberta Picussa e Adriano Codato
Publicado pela Série de Working Papers ReDem.

Este working paper está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Você é livre para compartilhar e adaptar este material para qualquer finalidade, desde que seja atribuída a devida creditação a autoria original.

Para consultar uma cópia desta licença, visite:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Os working papers estão disponíveis online em <https://redem.tec.br/>. Assinaturas podem ser solicitadas por e-mail em wpinctredem@gmail.com.

Como citar

Picussa, R., Codato, A. (2026). Candidatos outsiders nas eleições presidenciais brasileiras: dinâmica do voto e tipos sociológicos. *Working Paper ReDem*, INCT ReDem, 3(2), Março.